

PLANO DE AÇÃO – Grupo de Trabalho Setorial Transporte Rodoviário de Cargas

Introdução:

O objetivo deste plano de ação é fortalecer o diálogo social, aperfeiçoar a regulamentação em vigor no setor do transporte rodoviário de cargas (TRC) e reforçar a formação específica em SST. Esta ação prioritária de combate às mortes e invalidez permanente deverá ater-se também a um trabalho de fiscalização e vigilância sanitária por parte do governo, bem como o desenvolvimento de campanhas específicas, estudos e pesquisas e criação de linhas de crédito especial. A atenção desta ação deverá se estender ao setor em sua totalidade, com foco especial nas micro e pequenas empresas.

1 - Fortalecimento do Diálogo Social

Estabelecer um diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores (Entidades Patronais e de Trabalhadores), envolvendo o setor com a seguinte pauta de ações:

- a) Revitalizar a atuação das CIPAs **e dos SESMT;**
 - **estudar a aplicação dos requisitos da NR 5 aos trabalhadores autônomos;**
 - **trabalho na NR 5 para adaptação às particularidades do setor (composição, responsabilidades etc);**
 - **priorizar o funcionamento e efetividade das CIPAs nas ações de fiscalização no setor.**

- b) Ampliar o processo de negociação coletiva em SST;
 - **contemplar nos acordos coletivos do setor itens de SST (ex: respaldo das empresas ao trabalho das CIPAs);**
 - **Acordo coletivo de cargas voltado para SST estabelecido na região metropolitana de SP será retomado e pode servir de referência para outros Estados (exemplo de tema a ser**

considerado como objeto de negociação: cotas de deficientes físicos e menores).

c) Reuniões com empresas estatais e privadas envolvidas no PAC, agências reguladoras e ministérios (ver item f);

- BR Distribuidora, CONAB, Fabet (Fundação Alfredo Bósio de Educação em Transporte – Concórdia-SC);

- consultar Jófilo quanto a sugestões de empresas a serem contatadas.

d) Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo de redução de acidentes;

- estudar o estabelecimento de metas, a partir de indicadores estabelecidos internacionalmente (levantamento inicial pela bancada dos empregadores – CNT), iniciando pelas rodovias federais, concedidas e não concedidas;

- estudar o estabelecimento de metas de curto prazo para as rodovias e pontos críticos com maior índice de acidentes (dados da Polícia Rodoviária Federal).

e) Estimular a criação de Grupos de Trabalho Regionais onde haja maior sinistralidade, mantendo interlocução permanente com as comissões existentes;

- iniciar pelas UF definidas como prioritárias (item 4) e expandir conforme o desenvolvimento do trabalho do GTS-TRC.

f) Articulação com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação do Plano de Ação.

- ANTT, Ministério dos Transportes (DNIT e PARE), Ministério das Cidades (Denatran), Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho (contato pela bancada de governo – convite prioritário para a próxima

reunião do GTS-TRC, a princípio, em Brasília: ANTT e Denatran)

- Polícias Rodoviárias Estaduais (em um 2º momento)
- ABCR (Associação Brasileira das Concessionárias Rodoviárias) (contato pela bancada dos empregadores – CNT)

2 - Regulamentação:

a) Aperfeiçoamento e ampliação da legislação, bem como introdução de Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTPs), a exemplo da proposta da Fundacentro para a indústria da construção. Há necessidade de normas e procedimentos específicos para o setor transporte.

- **compilar as iniciativas legislativas em andamento – bancadas de trabalhadores e de empregadores;**
- **necessidade de articulação com a Comissão de Infraestrutura do Senado e com a Comissão de Viação e Transportes da Câmara;**
- **regulamentação da profissão de motorista (PL nº 99/2007) e Estatuto do Motorista (PLS nº 271/2008);**
- **regulamentação da lei nº 11.442/07 (disciplinamento do setor);**
- **regulamentação da jornada de trabalho (através de ficha e/ou tacógrafo);**
- **idade máxima para caminhões que operem em rotas interestaduais;**
- **inspeção de segurança veicular e de emissão de gases;**
- **transporte rodoviário de produtos perigosos;**
- **movimentação de cargas (no âmbito do CNAE nº 4930-2).**

3 - Formação em SST

Estabelecer processo de consulta tripartite sobre **e implementar, com o envolvimento, entre outros atores, do SEST/SENAT e dos sindicatos de trabalhadores:**

a) Aperfeiçoar e/ou incluir conteúdo de SST na grade curricular dos cursos profissionalizantes, técnicos e superior relacionados ao setor (ex: cursos de formação e reciclagem previstos na Resolução nº 168/2004 do CONTRAN);

b) Adequação dos conteúdos dos cursos de CIPA às especificidades do setor;

c) Capacitar os micro e pequenos empreendedores do setor, envolvendo o SEBRAE;

d) Estimular a implantação de cursos de qualificação para o setor no Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE, com a incorporação de conceitos mínimos de SST.

e) Capacitar dirigentes sindicais em SST.

- Curso desenvolvido pela Fundacentro de qualificação em SST para o transporte rodoviário – programação para 2009: BA (2 cursos), SE, RJ e MS.

4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador

Ação coordenada entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade.

- UFs prioritárias: São Paulo (Sudeste), Paraná (Sul), Goiás (Centro-Oeste) e Bahia (Nordeste);

- Reunião agendada para 5 de maio entre MS, MTE, e representantes das SRTE e SES das 4 UFs prioritárias;

- Exemplo de questões a serem analisadas:

- **análise de acidentes com a participação dos sindicatos de trabalhadores;**
- **controle da jornada de trabalho via tacógrafo, chip, fichas, com co-responsabilização do contratante;**
- **terceirização;**
- **pontos de apoio;**
- **transportadores autônomos;**
- **CIPA e SESMT.**

5 - Campanhas

a) Campanha na mídia dirigida para este fim (TV, rádio, jornais, revistas especializadas), além do envolvimento das entidades sindicais e de empregadores (cartazes, folhetos, etc.), envolvendo os ministérios e agências reguladoras e ocupação de espaços de utilidade pública em rádio e TV;

b) Campanhas específicas direcionadas para estatais e empresas envolvidas no PAC;

c) Utilização dos espaços públicos tanto nos Ministérios do Trabalho e Emprego (SRTEs), e rede do Sistema Público de Emprego, Ministério da Saúde (SUS – RENAST), Agências da Previdência Social, Fundacentro;

d) 28 de abril – atividade das centrais sindicais na Câmara dos Deputados, em Brasília (setor transporte será um dos temas de discussão); discutir na próxima reunião da CT-SST a possibilidade de atividades integradas;

e) 25 de junho – VI Seminário de Gestão de Segurança, Saúde e da Relação do Trabalho nas Empresas de Transporte de Cargas – São Paulo – organização:

SETCESP e Federação dos Rodoviários e coordenação: SRTE – início do processo de organização em abril;

f) Semana Internacional de Ação no Transporte Rodoviário – organização: ITF (Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte) – provavelmente em outubro – possibilidade de propor itens na programação.

6 - Estudos e Pesquisas

a) **Desenvolver e propor** estudos e pesquisas relevantes voltadas para a redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho no setor, discutidos de forma tripartite, além do aperfeiçoamento do NTEP;

- estudo da matriz (CNAE x CID) do NTEP em andamento (termo de cooperação técnica entre MPS e UnB) – levantamento pelo MPS das CID relacionadas ao CNAE do TRC.

b) Desenvolvimento de programas junto a Fundacentro e outras instituições;

- projeto de estudo da Fundacentro sobre condições de trabalho dos condutores de veículos de carga em andamento nas regiões Sudeste (SP, MG e ES) e Centro-Oeste (GO e MT);

- projeto da Fundacentro de qualificação de trabalhadores do TRC nas regiões Sudeste (SP, MG e ES), Centro-Oeste (GO e MT);

- programar apresentação dos projetos da Fundacentro na próxima reunião do GTS-TRC.

c) Análise detalhada dos acidentes ocorridos no setor, priorizando os graves e fatais.

- estudar a possibilidade de implementar, a princípio nas UFs prioritárias, investigações de casos selecionados, com o

envolvimento dos setores governamentais, representações de trabalhadores e empregadores.

7 - Crédito especial

Linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, com controle social, para incentivar a melhoria ambiental e de condições de trabalho nos setores econômicos envolvidos via FAT, BNDES e Bancos Oficiais.

- **renovação da frota brasileira de caminhões – proposta da CNT será apresentada na próxima reunião da CT-SST;**
- **participação das representações dos trabalhadores na fiscalização da aplicação dos recursos.**

8 - Banco de Dados

Aperfeiçoamento e integração das bases de dados relacionadas ao setor.

- **criação de um banco de dados nacional sobre acidentes de trânsito envolvendo o TRC;**
- **MPS (Dataprev), MTE e MS (Datusus/Sinan);**
- **Renavan e Renach (carteira de habilitação) (Denatran), Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) (ANTT) e DPVAT (Fenaseg);**
- **Polícia Rodoviária Federal e Estaduais;**
- **Concessionárias de rodovias (ABCR) – estatísticas de circulação e de acidentes envolvendo o TRC;**
- **Seguradoras/corretoras de cargas/gerenciadoras de risco – dados de valores de carga transportada e de acidentes.**